

Para um novo jornalismo econômico

For a new economic journalism

Cláudia LAHNI

Pós-graduanda em Jornalismo na Faculdade
Casper Líbero; professora de Jornalismo
Sindical e Comunitário/ Puccamp.

RESUMO

O texto analisa o jornalismo econômico no Brasil, utilizando como exemplo a greve dos trabalhadores da Mercedes-Benz, em outubro de 1995, em que se detecta uma falta de contextualização nas matérias e sua desvinculação do noticiário político. A abordagem inclui uma revisão histórica do jornalismo econômico, revelando que, apesar das reformas gráficas, o conteúdo do noticiário ainda deixa muito a desejar. Constata-se, também, que o despreparo do profissional contribui para o quadro criticado. A conclusão a que se chega é que o jornalismo econômico precisa dar um salto de qualidade.

Palavras-chave: Noticiário econômico. Preparo profissional.

ABSTRACT

The text analyses the economic journalism in Brazil, using as an example the coverage of the firing of Mercedes-Benz workers, in October of 1995. We can notice the lack of contextualization in this piece of news, including a disconnection from the political news. The article includes an historical review and that despite some attempts of improvement with graphs and tables, no significant changes have occurred. The lack of skilled professionals has greatly contributed to this situation. Therefore, it is necessary to improve qualitatively the economic news in Brazil.

Key words: Financial news. Professional skills.

Para um novo jornalismo ...

1. INTRODUÇÃO

Mercedes pagará aos funcionários participação nos resultados.

Mercedes instalará nova fábrica no Brasil.

Mercedes demite 1.782 trabalhadores.

Em cerca de cinco meses (de junho a outubro de 1995), as frases acima foram separadamente destaques nos noticiários econômicos. Até onde pude ver, pesquisar e analisar, entretanto, em nem ao menos um veículo (lamentavelmente dessa constatação não escapam os chamados alternativos) foi feita uma ligação entre essas três notícias. Esse sem dúvida é um exemplo que expressa muito bem até que ponto chegam as falhas do noticiário econômico atual: a abordagem das matérias deixa a desejar quanto à contextualização das notícias, quanto aos vícios de fontes, quanto a um maior questionamento sobre o assunto que está sendo divulgado e quanto à própria informação.

De acordo com Geraldinho Vieira - citado por Nancy Nuyen Ali Ramadan em sua dissertação de mestrado *Jornalismo Econômico de Prestação de Serviços e Instituições Financeiras - Uma Revisão Necessária*, “o jornalismo econômico no Brasil, de 1964 para cá, teve que ocupar um vazio deixado pelo jornalismo político e acabou mais tarde assumindo uma dimensão política”. Assim, inicialmente, mesmo sob a censura do regime militar, o jornalismo econômico ocupou espaço do noticiário político e dessa forma foi se consolidando com a prestação de serviços.

2. QUEM LÊ O QUÊ

Até hoje não está muito claro para quem serve esse tipo de jornalismo de prestação de serviços. Quem lê jornal no Brasil, continua sem respostas. Enfim, com uma breve pesquisa, constatamos que o jornalismo econômico do país “vem dos tempos do café”. E, apesar das inovações tecnológicas, somadas às tentativas de se desvincular o noticiário do economês, utilizando-se para isso, inclusive, muitos gráficos e tabelas, não há mudanças significativas no jornalismo econômico para se destacar. Ainda persiste a previsão, o achismo, o aconselhamento de como você pode se salvar na selva de pedra. Afinal, quem pode mais chora menos (“eu, conhecedor do mercado e das letras, vou lhe ajudar a se sair bem; consuma-me, leia-me e eu lhe digo em que investir” são conselhos que poderíamos ouvir de um ou outro jornal com cobertura econômica).

3. DIREITO DO LEITOR

Com isso, percebe-se que continua no esquecimento, ao menos temporário, o fato de que a informação é um direito do leitor. E que a democratização da informação, com notícias verdadeiras (e opiniões de boa fé, conforme mencionado por Nancy Ramadan), deve ser trabalhada e divulgada pelo profissional, que é um intermediário entre o leitor e os acontecimentos.

É importante ressaltar que o noticiário econômico está historicamente desvinculado (o que parece estar morosamente se modificando) do noticiário político. Sabemos, entretanto, que a economia - enquanto "ciência que estuda a atividade produtiva e a forma na qual os indivíduos e a sociedade fazem suas escolhas e decisões, para que os recursos disponíveis, sempre escassos, possam contribuir da melhor forma para satisfazer as necessidades individuais e coletivas da sociedade - está intrinsecamente ligada à política. E que uma e outra (considerando-se primeiramente a política, com suas decisões, coligações e leis) regem nossa vida.

4. REI SEM REINO

A questão do preparo do jornalista também deixa muito a desejar. Isso não apenas enquanto universitário, mas também no seu cotidiano. É bom lembrar que o jornalista, como os demais cidadãos que vivem em sociedade, precisa de dinheiro para consumir o seu mínimo necessário, como alimentação, moradia e outros itens básicos. Mas além desse básico, que segundo a Constituição Brasileira deveria ser garantido a todas as pessoas, o profissional deveria ser remunerado suficientemente para ter tempo e dinheiro para se reciclar, para estudar, enfim, para se atualizar. Diferentemente do que a propaganda (nesses anos de FHC - Fernando Henrique Cardoso) diz sobre a moeda, isso não é real na maioria das vezes. E, por consequência, continua falha a questão do preparo do profissional que atua na área.

Segundo relato de Nancy Ramadan sobre esse assunto, "não bastava fugir do famigerado "economês" para levar informação útil ao leitor. Não era esse o problema. Na verdade, a angústia - que também observei em alguns colegas, na época - residia na dificuldade de reduzir um amplo e complexo cenário econômico/político a 'dicas' e 'conselhos' para o leitor. Era preciso preparo, uma formação mais sólida, não só para operar calculadoras. Sentíamos, eu e alguns colegas, a falta de preparo até mesmo para escolher as fontes e cruzá-las. Essa falta de conhecimento específico, como se sabe, desemboca na seguinte situação:

Para um novo jornalismo ...

o jornalista “embarca” no que diz a fonte (ou as fontes), até porque a feitura de jornal diário envolve o fator tempo, e sua falta de preparo mais a pressa o impedem de contrapor informações novas”. Enfim, tem-se tanto nas mãos ou tão próximo delas o poder da informação e ou da manipulação, mas se acaba manipulado pelas fontes ou quase isso.

5. POLÍCIA PARA QUEM PRECISA

Atualmente, conforme mencionado em debates nas aulas da disciplina Jornalismo Econômico, no curso de Especialização em Jornalismo, na Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero, existem muitas matérias impressas no noticiário econômico que deveriam estar no policial. Assim, muito mais do que algo citado em discursos de formatura (ou mesmo em códigos), os profissionais da comunicação precisam ser éticos. Segundo Adolfo Sánchez Vazquez, Ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade, sendo que por moral entendemos um conjunto de normas e regras destinadas a regular as relações dos indivíduos numa comunidade social determinada.

6. FORA DA ORDEM

Considerando-se, portanto, todo o exposto, é preciso dar um salto de qualidade mínima no noticiário econômico, contextualizando-se mais as notícias, relacionando-as, dando vez e voz para outras fontes, utilizando-se de um maior questionamento. É evidente que para isso é necessário uma elevação da qualidade do preparo profissional - que inclui a discussão e prática ética, leitura e teorização -, um maior cuidado entre a relação do profissional e a realidade social - não a divulgada oficialmente - e, finalmente, lembrar que a informação (assim como a educação, etc.) é um direito do leitor - o cidadão.

Voltando ao exemplo colocado no início do texto, resalto a importância de os jornalistas se lembrarem de, ao menos neste momento (de demissão), entrevistarem os trabalhadores. Ainda sobre o mesmo assunto, o que o governo faz ou pensa sobre essas demissões? Afinal, existe uma questão social nisso? A empresa, ao se instalar em determinada localidade, recebe, em geral, incentivos fiscais. E isso volta à população e ao Estado em forma de demissão em massa? À diretoria da empresa: como e por que ocorrem demissões em massa? Eles vão, socialmente, montar outra empresa para empregar os demitidos por eles mesmos? Por que em menos de seis meses a mesma empresa, que fecha acordo de

participação nos resultados (incluindo pagamento de abonos e cumprimento de metas) e anuncia a instalação de uma nova unidade, demite massivamente? Parece que alguma coisa está fora da ordem (ou muito dentro dela) e que ninguém questionou isso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- RAMADAN, Nancy Nuyen Ali. **Jornalismo Econômico de prestação de serviços e instituições financeiras - uma revisão necessária**. São Paulo, 1994. Dissertação Mestrado, USP.
- VAZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1992, 13ª ed..
- VIEIRA, Geraldinho. **Complexo de Clark Kent, são Super-Homens ou jornalistas?** São Paulo: Summus Editorial, 1991.